

Demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

São Paulo/SP, 31 de março de 2026

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2, estamos encaminhando o arquivo eletrônico contendo os documentos abaixo elencados e que compõem as seguintes Demonstrações Financeiras do KLUBI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.:

- I. Relatório da Administração;
- II. Balanço Patrimonial;
- III. Demonstração de Resultado;
- IV. Demonstração do Resultado Abrangente;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VII. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VIII. Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- IX. Notas Explicativas;
- X. Relatório do Auditor Independente.

Informamos que estes mesmos documentos serão devidamente publicados e divulgados através de remessa eletrônica do documento INF9011, conforme o que dispõe a Instrução Normativa BCB nº 236 e divulgados no nosso site da instituição: www.klubi.com.br.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas pela empresa ANDRADE AUDITORES INDEPENDENTES.

EDUARDO
RODRIGUES
ROCHA:1625610084
0

Digitally signed by
EDUARDO RODRIGUES
ROCHA:16256100840
Date: 2026.04.01 14:13:46
-03'00'

Eduardo Rodrigues Rocha

Diretor Presidente

ANDERSON
CLEYTON DA
SILVA:02815843978

Assinado de forma digital
por ANDERSON CLEYTON
DA SILVA:02815843978
Dados: 2026.04.01
17:26:04 -03'00'

ANDERSON CLEYTON DA SILVA

Diretor

SHASHIKANT
RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894

Digitally signed by
SHASHIKANT RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894
Date: 2026.04.01 11:28:38
-03'00'

SHASHIKANT SHARMA

Contador 1SP 310.993/O-4

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA

O Klubi Administradora de Consórcio Ltda. (“Companhia” ou “Klubi”) apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhada das Demonstrações Consolidadas do Grupo de Consórcio e o relatório dos Auditores Independentes, elaborados de acordo com os procedimentos específicos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Klubi foi constituído em abril de 2021 e iniciou suas operações em dezembro do mesmo ano, sendo sua principal atividade a administração de grupos de consórcios a partir de uma experiência simples, transparente e segura, com ênfase na inovação e uso de tecnologia para garantir uma jornada diferenciada a todos os nossos membros.

A diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras apresentadas e permanece ao inteiro dispor dos stakeholders para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

São Paulo/SP, 31 de março de 2026.

EDUARDO
RODRIGUES
ROCHA:162561008
40

Digitally signed by
EDUARDO RODRIGUES
ROCHA:16256100840
Date: 2026.04.01
14:14:19 -03'00'

Eduardo Rodrigues Rocha

Diretor Presidente

ANDERSON
CLEYTON DA
SILVA:02815843978

Assinado de forma digital
por ANDERSON CLEYTON
DA SILVA:02815843978
Dados: 2026.04.01
17:26:34 -03'00'

ANDERSON CLEYTON DA SILVA

Diretor

SHASHIKANT
RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894

Digitally signed by
SHASHIKANT RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894
Date: 2026.04.01 11:29:09
-03'00'

SHASHIKANT SHARMA

Contador 1SP 310.993/O-4

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

ATIVO	12/2025	12/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.002	33.816
Contas a receber	9	255
Adiantamentos	441	168
Impostos a recuperar	624	292
Outras contas a receber	9.021	419
Total do ativo circulante	28.097	34.950
Não circulante		
Outras contas a receber L/P	53	448
Contratos a receber L/P	62.194	-
Imobilizado	575	686
Total do ativo não circulante	62.822	1.134
Total do ativo	90.919	36.084

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

PASSIVO	12/2025	12/2024
Circulante		
Fornecedores	5.062	953
Obrigações trabalhistas	2.539	2.257
Obrigações tributárias	1.825	717
Outras contas a pagar	347	3.344
Empréstimo C/P	1.427	1.189
Total do passivo circulante	11.200	8.460
Não Circulante		
Prov. Contingencia Civeis	626	625
Receitas diferidas L/P	7.949	-
Impostos diferidos L/P	18.443	-
Empréstimo L/P	6.046	3.126
Total do passivo não circulante	33.063	3.751
Patrimônio Líquido		
Capital	88.500	88.500
Adto p/aumento de capital	26.284	-
Prejuízo acumulado	(68.128)	(64.627)
Total do Patrimônio Líquido	46.656	23.873
Total do passivo	90.919	36.084

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

	Exercício 2025	Exercício 2024
Receita Operacional		
Receita prestação de serviços	91.621	33.551
Receitas diferidas CPC	5.110	-
Resultado de operações de títulos e valores mobiliários	2.576	1.052
Outras Receitas	341	-
Despesas Operacionais		
Despesa com pessoal	(24.376)	(20.659)
Gerais e administrativas	(102.436)	(33.622)
Despesas operacionais diferidas CPC	49.136	-
Resultado Operacional	21.970	(19.677)
Resultado não operacional	(7.027)	(1.092)
Resultado antes da tributação sobre o resultado	14.943	(20.769)
Imposto de renda e contribuição social	(18.443)	-
Lucro e Prejuízo do período	(3.500)	(20.769)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de reais)

	12/2025	12/2024
Prejuízo do exercício	(3.500)	(20.769)
Outros resultados abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	(3.500)	(20.769)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

	Exercício 2025	Exercício 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.500)	(20.769)
Depreciação de ativo imobilizado	143	140
Resultado Líquido Ajustado	(3.357)	(20.629)
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais		
Imobilizado	(32)	(64)
Contas a receber	246	1.555
Impostos a recuperar	(332)	157
Adiantamentos	(277)	14
Outras contas a receber	(8.203)	(317)
Contrato a receber L/P	(62.194)	-
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.109	533
Outras contas a pagar	(2.997)	3.059
Obrigações trabalhistas e sociais	282	451
Obrigações tributárias	1.108	415
Contingência Cíveis	-	208
Empréstimos	3.157	4.315
Receitas diferidas L/P	7.949	-
Impostos diferidos L/P	18.443	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(42.098)	(10.303)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aumento de capital	-	31.500
Adto. p/ aumento de capital	26.284	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	(15.814)	21.197
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(15.814)	21.197
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.816	12.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.002	33.816
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(15.814)	21.197

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	88.500	(64.627)	23.873
Aumento de Capital	26.284	-	26.284
Prejuízo do exercício	-	(3.500)	(3.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	114.784	(68.128)	46.656

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(em milhares de reais)

	12/2025	12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	137.748	52.665
Disponibilidades	10.305	6.831
Depósitos Bancários	10.305	6.831
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.607	12.961
Disponibilidade do Grupo	-	-
Vinculadas a Contempl. – Demais Aplicações	27.307	12.961
Recursos de Grupos em Formação	300	-
Outros Créditos	99.836	32.872
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	99.836	32.872
*Normais	97.617	32.758
*Em Atraso	2.219	114
COMPENSAÇÃO	3.757.175	996.551
Prev. Mensal de Recursos a Receber Consorc.	14.403	6.316
Contribuições Devidas ao Grupo	1.878.479	495.943
Valor de Bens ou Serviços a Contemplar	1.864.293	494.293
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.894.923	1.049.215

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(em milhares de reais)

	12/2025	12/2024
PASSIVO		
CIRCULANTE	137.748	52.665
Obrigações com Consorciados	85.952	31.222
Recebimentos não identificados	-	-
Grupos em Formação	300	
Contr. Consorciados não Contemplados	85.651	31.223
Valores Repassar	39	325
Taxa de Administração	39	325
Prêmios de seguros	-	0
Multas e juros moratórios	1	0
Obrigações p/ Contemplações a Entregar	31.867	14.558
Consoiciados contempl. ativos	31.249	-
Consoiciados contempl. Excl./desl.	617	-
Obrigações com a Administradora	9	14.558
Recursos a Devolver a Consoiciados	19.674	6.717
Ativos - em andamento	107	3
Desistentes ou Excluidos	19.567	6.714
Recursos do Grupo	207	(158)
Rend. Aplicações Financeiras	609	195
Multa e Juros Moratórios Retido	382	99
Multa Rescisória Retida	919	455
Atualização de Direitos	6.660	2.205
(-) Atualização de Obrigações	(8.363)	(3.112)
COMPENSAÇÃO	3.757.175	996.551
Recursos Mensais a Receber de Consoiciados	14.403	6.316
Obrigações do Grupo por Contribuições	1.878.479	495.943
Bens ou Serviços a Contemplar	1.864.293	494.293
TOTAL GERAL DO PASSIVO	3.894.923	1.049.215

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VIII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

(em milhares de reais)

	2º sem. 2025	Acum.	2º sem. 2024	Acum.
Disponibilidade Inicial	26.159	-	13.341	-
Caixa			-	
Depósitos Bancários	7.050		2.520	
Aplicações Financeiras do Grupo	663		1.207	
Aplic. Financ. Vinc. a Contemplações	18.447		9.614	
(+) Recursos Coletados	184.352	469.385	68.139	172.011
Contribuições Aquisição de Bens	108.867	304.317	42.232	117.023
Taxa de Administração	56.225	160.285	25.184	53.322
Contribuição ao Fundo Reserva	-	-	-	-
Rend. De Aplic. Financeiras	1.337	3.700	565	1.457
Multas e Juros Moratórios	354	762	103	197
Prêmios de Seguros	(0)	11	0	11
Custas Judiciais	-	-	-	-
Outros	17.569	310	53	-
(-) Recursos Utilizados	172.552	431.474	61.687	152.219
Aquisição de Bens	100.172	269.535	36.081	98.130
Taxa de Administração	66.581	160.246	24.881	52.997
Multas e Juros Moratórios	200	380	52	98
Prêmios de Seguros	-	11	-	11
Devol. a Consorciados Desligados	(10)	1.301	673	983
Outros	5.609	-	-	-
Disponibilidade Final	37.912	37.912	19.792	19.792
Caixa	-	-	-	-
Depósitos Bancários	10.305	10.305	6.831	6.831
Aplicações Financeiras do Grupo	300	300	-	-
Aplic. Financ. Vinc. a Contemplações	27.307	27.307	12.961	12.961

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IX - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

O Klubi Administradora de Consórcio Ltda. (“Companhia”) com sede R. Eugênio de Medeiros, 242 - Pinheiros, São Paulo - SP, uma empresa de responsabilidade limitada, constituída em 19 de abril de 2021, com autorização do Banco Central do Brasil expedida em 25 de março de 2021.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de administração de consórcios para aquisição de bens e direitos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as práticas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), aplicáveis às entidades financeiras, e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil (BACEN), observando-se a Lei 11.795/2008, que rege as sociedades administradoras de consórcio, a Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, que consolida os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, a Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, Lei 4.595/1964, subsidiariamente a Lei 10.406/2002.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras é o Real (R\$), por refletir mais adequadamente o ambiente econômico de atuação da Companhia. A moeda de apresentação também é o Real (R\$). Os ativos e passivos são convertidas, quando existentes em moeda diversa, para o Real (R\$). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas CPC, requer que a administração realize julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e quaisquer alterações são reconhecidas no período em que ocorrem, bem como nos períodos futuros que possam ser impactados. Um item significativo sujeito a tais estimativas e premissas refere-se à recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, conforme Nota 3.7.

3. Resumo das principais práticas contábeis da Administradora

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados ao custo e correspondem aos depósitos bancários que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até as data-base de cada balanço.

3.2 - As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais.

3.3 - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instalações e benfeitorias	5
Computadores e acessórios	5

3.4 - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor a ser reconhecimento como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 - O passivo circulante e não circulante são representados por contas a pagar a fornecedores e estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A provisão para férias é constituída com base no direito adquirido dos empregados e inclui as vencidas e proporcionais até a data do balanço e os encargos sociais correspondentes.

3.6 - O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que a receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.7 - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços de tecnologia da informação no curso normal das atividades da Companhia. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida dos tributos.

3.8 - Em atendimento à Resolução BCB nº 120/21 e, que dispõe sobre os princípios gerais de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis aplicáveis às administradoras de consórcio, a Companhia adotou, a partir de janeiro de 2025, os pronunciamentos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e, conforme a disposições estabelecida pela Resolução BCB nº 352/23 a aplicação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com efeitos reconhecidos prospectivamente a partir dessa data.

Nos termos do CPC 47, a taxa de administração dos grupos de consórcio, bem como as despesas diretamente atribuíveis às cotas, passaram a ser diferidas e apropriadas mensalmente ao resultado, de forma sistêmica, ao longo do prazo contratual. A receita de taxa de administração é reconhecida por contrato de cada cliente, com base no método de cálculo por antecipação, sendo apropriada ao resultado conforme o prazo da respectiva cota, em consonância com a prestação contínua dos serviços aos consorciados.

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia procedeu à avaliação, reconhecimento, mensuração e classificação de seus instrumentos financeiros, considerando todas as cotas ativas, contempladas e não contempladas.

A adoção inicial do CPC 47, com efeitos a partir de janeiro de 2025, resultou em impactos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, decorrentes, principalmente, do diferimento das despesas comerciais e da alteração no momento de reconhecimento da receita de taxa de administração, conforme requerido pela regulamentação vigente.

No resultado do exercício de 2025, o impacto geral do patrimônio líquido foi de R\$ 35.802, sendo:

- Reversão de despesas comerciais R\$ 50.978;
- Efeito da receita e instrumentos financeiros R\$ 3.267;
- Impostos diferidos R\$ 18.443;

3.9 - Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia.

As aplicações financeiras são constituídas pela aplicação em fundo de resgate imediato no Banco Itaú Unibanco S.A., cuja taxa média de rentabilidade está em linha com a praticada pelo mercado, estão classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, demonstradas ao valor de mercado, acrescido, quando aplicável, dos juros auferidos até a data do balanço patrimonial, calculados pro rata temporis pelo método da taxa efetiva de juros.

	12/2025	12/2024
Saldo conta corrente Itaú	51	4
Aplicação CDB-DI	4.711	5.048
Aplicação LF-DI	13.241	28.765
	18.002	33.816

5. Contas a Receber

Refere-se ao saldo a repassar da taxa de administração e outros valores a receber.

	12/2025	12/2024
Taxa de administração a repassar	-	255
Outras contas a receber	9	-
	9	255

6. Adiantamentos

Referem-se aos saldos adiantado para fornecedores que estão pendentes de documentos, a administração acompanha este saldo de perto. Já os adiantamentos a funcionários são referentes a pagamento de férias e de reembolsos de despesas que os funcionários ainda não prestaram conta. Os valores serão liquidados nos próximos meses.

	12/2025	12/2024
Adiantamento a fornecedores	275	112
Adiantamento folha de pagamento	104	42
Adiantamento despesas reembolsáveis	61	14
	441	168

7. Créditos

Referem – se ao imposto de renda sobre aplicação financeira e saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores.

	12/2025	12/2024
Impostos a recuperar	624	292

8. Outras contas a receber

Compreendem valores a serem recebidos pela Companhia que não se enquadram na rubrica de clientes ou instrumentos financeiros. Esses valores decorrem, principalmente, no Curto Prazo de créditos a receber de parceiros decorrentes de adiantamentos ou reembolsos e despesas antecipadas e no longo prazo cotas adquiridas pela Administradora.

	12/2025	12/2024
Outras contas a receber	8.663	-
Seguro a apropriar	57	77
IPTU a apropriar	-	-
Despesas antecipadas	5	3
Depósito caução	296	327
Outros créditos		12
Total curto prazo	9.021	419
Cotas adquiridas pela Adm.	53	448
Total longo prazo	53	448

9. Imobilizado

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, ao final de cada exercício.

	12/2025		12/2024	
	Aquisição	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	87	(29)	57	86
Móveis e utensílios	696	(232)	464	664
Instalações e benfeitorias	221	(181)	40	669
Computadores e acessórios	17	(4)	13	17
	1.021	(446)	574	1.436

10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia.

	12/2025	12/2024
Fornecedores	5.062	953

11. Salários e encargos sociais

Referem-se aos encargos sociais e imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamentos e saldos de provisões de férias e correspondentes encargos sociais.

	12/2025	12/2024
Obrigações trabalhistas	1.121	815
Provisões trabalhistas	1.418	1.492
	2.539	2.306

12. Outras contas a pagar

Referem -se a pagamentos entre as empresas do grupo.

	12/2025	12/2024
Outras contas a pagar	347	3.344

13. Provisão de contingências

Esta provisão de contingência cível refere-se ao valor que a empresa está estimando como possível perda em caso de processo contra a mesma.

	12/2025	12/2024
Contingências civis	625	625

14. Empréstimos

Os empréstimos adquiridos em decorrência da necessidade do aumento do fluxo de caixa. Contratados com a instituição financeira do Banco Itaú Unibanco com o título de capital de giro FGI.

	12/2025	12/2024
Empréstimos	7.473	4.315

15. Patrimônio líquido

O capital da Companhia e no valor de R\$ 88.500.000,00 (oitenta e oito milhões e quinhentos mil de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional equivalente a 88.500.000,00 (oitenta e oito milhões e quinhentos mil) de quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) conforme consta na alteração contratual da seguinte forma:

	Porcentagem
Klubi Participações S.A.	100%

16. Principais práticas contábeis dos grupos de consórcio

16.1 - As aplicações financeiras vinculadas representam os recursos disponíveis, que ainda não foram utilizados pelos grupos, aplicados em cotas de fundos junto ao Banco Itaú segundo determinações do Banco Central.

16.2 - Os rendimentos líquidos das aplicações auferidos até a data do balanço são incorporados ao saldo da aplicação e rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

16.3 - As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos consolidadas representam os registros de direito e obrigações a partir das demonstrações individuais de cada grupo.

- a) direitos com consorciados contemplados registra os valores a receber a título de fundo comum dos consorciados já contemplados;
- b) as obrigações com consorciados registra as contribuições acrescidos de rendimentos financeiros;
- c) obrigações por contemplações a entregar são os valores relativos dos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras;
- d) os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa;
- e) os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio;
- f) os recursos utilizados representam desembolsos efetuados para pagamentos de bens, de cotas contempladas.
- g) a taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio, que varia de acordo com a espécie do bem.

17. Limite de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido no artigo 8º da Resolução Bacen nº 234, de 01/07/2023, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado obtido através dos seguintes fatores:

	12/2025	12/2024
Disponibilidade do Grupos	37.912	19.792
(-) Aplicação Financeira Vinc.Contempl.	(27.307)	(12.961)
Passivo Circulante da Administradora	44.263	12.211
Resultado	54.868	19.043
Divisor - Fator de Apuração de Limite de Crédito	6	6
Resultado Patrimônio Líquido	9.145	3.174
Patrimônio Líquido Mínimo Exigido - BACEN	400	400
Patrimônio Líquido	57.810	34.073
(+) Contas de Resultado Credoras (conta 7.0.0.00.00.00-3)	70.557	26.033
(-) Contas de Resultado Devedoras (conta 8.0.0.00.00.00-2)	(81.710)	(36.234)
Patrimônio Líquido Ajustado	46.656	23.873

18. Grupos de consórcio e informações complementares

Bens Móveis e Serviços	12/2025	12/2024
Grupos Ativos	50	36
Consorticiados Ativos	97.365	39.263
Cotas Ativas a Contemplar	81.367	36.655
Consorticiados Contemplados Acumulados	15.998	2.608
Bens Entregues	11.112	1.964
Bens Pendentes de Entrega	4.886	644
Planos Quitados	3.729	263
Excluídos	175.791	53.563
Participantes inadimplentes não contemplado	35.809	13.970
% Taxa de inadimplentes não contemplado	44,0%	38,1%
Participantes inadimplentes contemplado	2652	124
% Taxa de inadimplentes contemplado	16,6%	4,8%
Imóvel	12/2025	12/2024
Grupos Ativos	1	-
Consorticiados Ativos	4.510	-
Cotas Ativas a Contemplar	4.326	-
Consorticiados Contemplados Acumulados	92	-
Bens Entregues	38	-
Bens Pendentes de Entrega	54	-
Planos Quitados	6	-
Excluídos	801	-
Participantes inadimplentes não contemplado	479	-
% Taxa de inadimplentes não contemplado	0,0%	0,0%
Participantes inadimplentes contemplado	12	0
% Taxa de inadimplentes contemplado	13,0%	0,0%

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas nos registros contábeis e estão restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

20. Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

X - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores da
KLUBI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

São Paulo - SP

Prezados Senhores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Klubi Administradora de Consórcios Ltda, em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Klubi Administradora de Consórcios Ltda., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- *Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.*
- *Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.*

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 31 de março de 2026.



Luis Eduardo Azevedo

Auditor Independente

CNAI – 4382

CRC - 1SP292909/O

CPF - 306.779.788-47

Arlindo Leal de Andrade

Auditor Assistente

CRC - 1SP114789/O-3